

A questão da educação, da cultura e da informação

O homem nasceu para obter e exercer a liberdade. O conhecimento é a fonte desta liberdade. Quanto mais o homem conhece e transforma a natureza, mais ele é livre, por ter tempo disponível e por usar este tempo disponível para as atividades culturais.

Educação e Cultura, são assim, instrumentos de liberdade, por permitirem uma maior eficiência na transformação na natureza e permitir tempo livre e por serem a razão do tempo livre.

Lamentavelmente, nestas áreas tão importantes, estamos ainda em nosso país na pré-história.

O Brasil sendo a 8ª potência do mundo, está em 77º lugar de acordo com os indicadores da área educacional, não tendo conseguido sequer fornecer instrução básica a todos os brasileiros. Isto ocorre em momento em que o curso secundário completo é a exigência mínima na maioria das nações; o progresso técnico-científico torna imperioso uma população altamente instruída, capacitada a tomar decisões, criar e operar os novos processos tecnológicos a serviço do bem estar de todos e como garantia da manutenção da própria soberania nacional.

Sem elevar-se decididamente o nível de instrução do povo não é possível realizar nenhuma transformação econômica nem pretender progresso social substancial, assim como não é possível obter a desejada qualidade entre os homens.

Por outro lado, o nível de riqueza material, historicamente acumulado pela nação brasileira, não permite, a curto prazo, fornecer instrução intra-muros a todos os jovens e adultos que, tendo sido privados do acesso à escola, desejam estudar e estão em atraso, especialmente nos níveis de 2º e 3º graus. Para tanto, é necessário e urgente implantar, no sistema de educação pública, ao lado do ensino noturno, estratégias não convencionais de ensino-aprendizagem que permitam fornecer instrução a custo reduzido às mais amplas massas da população.

Dentre estas estratégias destacam-se o ensino à distância, através de correspondência, rádio, televisão, jornal e com estudo em horário parcial no próprio local de trabalho.

O ensino por correspondência ou à distância pode também ser combinado com múltiplas formas extra-escolares de ensino: conferências, círculos de debates, além de consultas periódicas com professores-orientadores.

A legislação deve definir às empresas e instituições a obrigação de contribuir para que todos os jovens e adultos que trabalhem possam estudar, criando-lhes as condições necessárias para compartilhar trabalho e estudo, sendo que, as diferentes organizações sociais devem participar efetivamente na definição das diretrizes norteadoras destes processos.

No âmbito da educação superior uma nova modali-

dade de ensino vem sendo desenvolvida nos países avançados: são as fábricas/empresas-centros docentes superiores, parte integrante dos grandes complexos produtivos como, por exemplo, siderúrgicos e metalúrgicos e têm como função precípua melhorar o nível dos técnicos para a economia nacional à base da vinculação do trabalho produtivo e do ensino teórico.

As fábricas — centros de ensino superior asseguram com maior êxito a simultaneidade dos estudos com o trabalho ao mesmo tempo em que permitem a interação da universidade com o trabalho produtivo.

Todas estas estratégias constituem, na realidade, formas efetivas de universalizar o acesso de todos a um sistema de educação permanente por meio de instrumentos extensivos de aprendizado e reciclagem combinados com as condições reais em que vivem e trabalham os cidadãos e como etapa de unificação de um saber que configure um processo real de educação para a liberdade.

Finalmente, é preciso ter bem claro que este atendimento extremamente eficaz e viável, se planejado e implementado com a participação de toda coletividade, não exclui e ao contrário reforça a luta de todos os brasileiros por uma escola pública de qualidade em todos os graus, condição necessária para o Brasil entrar no ano 2000 como nação digna e soberana.

BRASIL OS ANOS DE AUTORITARISMO

análise-balanço-perspectivas

O GOLPE NA EDUCAÇÃO

Luiz Antônio Cunha
e Moacyr de Góes

segunda edição

JZ-E

Jorge Zahar Editor

"Se nossos filhos tiveram ESCOLA, a gente vai ter trabalho, saúde, transporte. A gente terá tudo!"

(Fala de mulher participante do III Encontro da CONAM Confederação Nacional das Associações de Moradores, Brasília DF, 21 a 23 de março de 1986).

Escola pública X escola privada

Moacyr de Góes

a) — Escola pública versus escola privada?

— Não. Ainda não.

Entendo que numa sociedade capitalista, competitiva, há lugar para escolas públicas e privadas.

b) — O aumento da rede pública determinará o fechamento das escolas privadas?

— Não.

O aumento da rede pública, quando atingir a sua plenitude, assegurará a todos o direito constitucional à escolarização.

c) — O Estado deverá continuar subsidiando a escola privada?

— Não é ético.

Verbas públicas devem ser aplicadas em escolas públicas — públicas aqui entendidas as escolas da União, dos Estados e dos Municípios.

d) — Como poderão sobreviver as escolas privadas?

— Numa sociedade capitalista (e esta é a relação de produção dos privatistas) uma escola particular é um projeto econômico-financeiro como outro qualquer e, como tal, deve prever a sua viabilidade econômica, estruturar-se numa gerência competente, vender o seu produto, assegurar a reprodução do seu capital e ir em frente como eficiência e eficácia numa economia de mercado.

e) — E como fica a "liberdade de ensino"?

— A liberdade de ensino será alcançada quando cada criança brasileira tiver assegurada, pelo poder público, uma vaga na escola pública. Previsto o atendimento a toda a demanda, então, os pais poderão abrir mão dessa vaga, desse direito e, por uma questão de opção e não por contingência, matricular o seu filho numa escola privada.

Aí, então, em concreto, estará se realizando a liberdade de ensino. Isto é, a família terá à sua disposição a vaga gratuita na escola pública, mas por opção, poderá pagar a matrícula na escola privada, querendo.

É evidente que, ao chegar a essa etapa, os recursos públicos terão sido aplicados na expansão da rede pública e não terão sido desviados para a rede privatista.

Isso não prejudicará quem não tem poder aquisitivo e/ou prefere uma escola de uma socialização mais democrática, pois, para todos, haverá vaga em escola pública.

f) — Quer dizer que nunca haverá o confronto final escola pública versus escola particular e os privatistas sobreviverão sempre?

— Não.

No futuro, possivelmente remoto, quando o poder público tiver lido condições de atender a toda a demanda social da educação e a escola pública oferecer um serviço de qualidade superior, comparativamente, à rede particular, então, os privatistas deixarão o palco da História.

g) — Ah! assim se entende o porquê do cerco político à escola pública e a asfixia de recursos a que é submetida.

— É.

h) — Ainda mais alguma coisa?

— Sim.

Quem assumir compromisso com a democracia terá que assumir compromisso com a escola pública. Aquela não sobreviverá sem esta. Ao olhar para a frente, prospectivamente, com a esperança de que o Brasil construirá o seu projeto democrático, e nesta expectativa, permito-me dividir com todos algumas preocupações sobre o nosso tema de hoje:

b) A estação corresponderá a reação dos privatistas, levantando a bandeira da "liberdade de ensino" para escamotear os seus interesses de acumulação e reprodução do capital.

c) A exemplo do passado os privatistas tentarão envolver as escolas católicas e suas "mantenedoras" para que estas sejam "intelectuais orgânicos" de suas propostas.

d) É útil, então, no âmbito da Igreja e seus aliados, abrir a discussão de que há especificidades próprias das escolas confessionais católicas que são incompatíveis com os interesses empresariais capitalistas dos privatistas.

e) Neste sentido os educadores defensores da escola pública

deveriam se articular politicamente para:

e.1 — Reforçar, na AEC, vozes, como a de Agostinho Casteljón, S.J., seu atual Presidente, que defendem uma "escola gratuita e forte para todos" e entendem que a escola católica "não pode transformar-se numa espécie de testa-de-ferro do empresariado que investe em educação particular." 1

e.2 — Articular alianças com o pensamento católico avançado, principalmente com as áreas ligadas à educação popular, à Teologia da Libertação, às CEBs, às Pastoris Operária, da Terra etc., ao CIMI, às dioceses progressistas, objetivando a estratégia de uma luta comum em defesa da escola pública, esta entendida, também, como um dos pontos de apoio do qual a História moverá a sua alavanca para remover as estruturas arcaicas e construir uma sociedade mais justa e mais humana.

Aqui aparece, então, a estória do cachimbo e da boca torta: para alguns segmentos católicos — e dos mais importantes, pois, alguns deles são da melhor extração dos movimentos da educação popular — a verdadeira educação popular deve continuar fruto do espontaneísmo do movimento social e/ou do movimento social-religioso. A aproximação do Estado seria um "pecado original" que macularia a verdadeira educação.

A discussão aqui seria longa. Mesmo assim, vale dizer que esta postura levaria:

* a não reivindicar do Estado o cumprimento de sua obrigação constitucional, no campo da educação.

Muito me preocupa esta questão, uma vez que ela emerge, principalmente, no segmento católico avançado e que, tenho certeza, terá um papel relevante a cumprir nos próximos anos da democratização — social, política, econômica, cultural — do país.

1 — Casteljón, Agostinho, S.J. — AEC, Revista de Educação, Ano 10, nº 40+1, Rio de Janeiro.